

Bolsonaro sabia sobre leilão de joias nos EUA, afirma PF



Joias enviadas pela Arábia Saudita a Michelle Bolsonaro

Bolsonaro ironiza erro da PF, mas não explica conversa com Cid sobre venda

Ana Pompeu e Mariana Holanda

BRASÍLIA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ironizou nesta segunda-feira (9) o erro da Polícia Federal sobre o valor do suposto desvio de joias recebidas de autoridades estrangeiras. Ele não se pronunciou, no entanto, sobre evidências que, segundo a PF, mostram que o presidente tinha conhecimento da tentativa de venda dos presentes.

Os advogados de Bolsonaro também não responderam aos detalhes das associações da PF, mas disseram ter recebido com indignação o equívoco no valor. Afirmaram ainda que, assim que instado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), o ex-presidente entregou de forma espontânea os presentes à corte.

O documento da PF enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal) no relatório fundamenta o vínculo do ex-presidente e de mais 15 pessoas no caso, afirmando que o valor dos bens somaria R\$ 45 milhões (US\$ 4,500,000).

Depois, a PF corrigiu o dado. O valor total, na verdade, é de R\$ 6,8 milhões (US\$ 2,775,000). A quantidade correta era mencionada em outros trechos.

"Guardemos muitas outras correções. A última será aquela dizendo que todas as joias 'desviadas' estão na CEF [Caixa Econômica Federal], acervo ou PF [Polícia Federal], inclusive as armas de fogo", disse Bolsonaro em uma nota em que disse que o

ex-presidente se apresentou espontaneamente para a entrega dos presentes, assim que alegadamente passou a ser questionada pelo TCU. A nota de Paulo Cunha Neto e Daniel Tesser também questiona a competência do STF (Supremo Tribunal Federal) e do ministro Alexandre de Moraes para estarem com a investigação, e citam parecer da PGR (Procuradoria-Geral da República) que defendeu que o caso fosse para a primeira instância.

"Em outra frente, os advogados chamam o relatório do presidente Lula (PT), recebido em outro mandato, pelo ex-presidente francês Jacques Chirac. Eles alegam que o caso é idêntico ao de Bolsonaro, mas Moraes já decidiu que "não há indícios mínimos de ocorrência de ilícito criminal", ao receber o pedido de investigação. Da secretária de Comuni-

cação do governo Bolsonaro, Fabiano Wangarten também se manifestou no mesmo sentido do citou "Estado policial".

"Na matemática do Estado policial temos: 6,8 milhões - 5,8 milhões, cumprir a lei é crime e adversário político - culpado. Quanto mais a esquerda fica clara o atraso desse relatório da PF", disse no X. A Folha, de classificou o relatório como "vergonhoso".

Wangarten estava também como advogado do ex-presidente, mas foi indiciado pela PF neste mesmo inquérito das joias. Por isso, se afastou formalmente do caso. Alçados alegam que todo o processo de investigação está contaminado politicamente, e o erro da PF será explorado ao máximo como forma de ilustrar isso.

Em outra frente, também buscam minimizar o inquérito e dizem que o ex-presidente seguirá viajando pelo país para ajudar candidatos municipais de seu partido. Ainda não há agenda das próximas viagens.

O inquérito das joias sempre foi tratado como o mais delicado por aliados do ex-presidente. Tanto do ponto de vista criminal quanto do ponto de vista simbólico: para o bolsonarismo, passa a imagem de corrupção, algo que eles sempre proclamaram nos adversários.

Outro argumento explorado como forma de demonstrar suposta falta de isenção ou mesmo contaminação política da PF é o fato de o diretor de Inteligência da corporação ser o delegado do caso Adilson Ribeiro.

Em 5 pontos, entenda o caso das joias

1. O QUE DIZ A INVESTIGAÇÃO?

Segundo relatório da PF, as investigações apontaram a suspeita de que Bolsonaro utilizou a estrutura do governo federal para desviar presentes oferecidos a ele por autoridades estrangeiras. O valor de mercado dos itens chega a R\$ 6,8 milhões. Um desses presentes foi um kit de joias levado a leilão nos Estados Unidos, mas não houve interessados. De acordo com a PF, mensagens trocadas entre Bolsonaro e Mauro Cid mostram que o ex-presidente sabia dessa tentativa de venda

2. VOO PRESIDENCIAL

As investigações identificaram que Bolsonaro e auxiliares retiraram do país, no avião presidencial, bens recebidos por ele em viagens internacionais, como chefe de Estado. A viagem aos EUA ocorreu em 30 de dezembro, véspera do último dia de mandato de Bolsonaro.

Entre os itens levados para avaliação e venda no país estão o conjunto com joias e relógio da grife Chopard, anunciado por preço estimado de US\$ 120 mil a US\$ 140 mil (R\$ 611 mil a R\$ 713 mil, na cotação da época). O leilão foi aberto no começo de fevereiro, mas não houve compradores. Outros itens são relógios, um Rolex e um Patek.

Wangarten estava também como advogado do ex-presidente, mas foi indiciado pela PF neste mesmo inquérito das joias. Por isso, se afastou formalmente do caso.

Alçados alegam que todo o processo de investigação está contaminado politicamente, e o erro da PF será explorado ao máximo como forma de ilustrar isso.

Em outra frente, também buscam minimizar o inquérito e dizem que o ex-presidente seguirá viajando pelo país para ajudar candidatos municipais de seu partido. Ainda não há agenda das próximas viagens.

3. QUEM FOI INDICIADO

Entre os indicados está o general da reserva do Exército Mauro Cid, pai do ex-ajudante de ordens Mauro Cid, também incluído no rol da PF. Além deles, está Frederick Wasef, advogado de Bolsonaro, e Donar Civelatti, tenente do Exército e que também ajudou na aquisição de ordens de Bolsonaro.

Outro argumento explorado como forma de demonstrar suposta falta de isenção ou mesmo contaminação política da PF é o fato de o diretor de Inteligência da corporação ser o delegado do caso Adilson Ribeiro.

4. QUAL A ORIGEM DA INVESTIGAÇÃO?

A PF investigou o caso a partir de março de 2023. Em outubro de 2021, um militar que asesorava Albuquerque tentou desembarcar no Brasil, após viagem ao Oriente Médio, com artigos de luxo na mochila. Como não tinham sido declarados, os bens foram apreendidos pela Receita Federal — o caso foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo em março.

Como mostrou a Folha, o ex-mandatário chegou a discutir o assunto com o então chefe da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes em dezembro de 2022.

Um segundo pacote, que incluiu relógio, câmera, abotoaduras, anel e um tipo de cuscão, todos também da Chopard e depois entregues a Bolsonaro, estava na bagagem de um dos integrantes da comitiva e não foi interceptado pela Receita, como mostrou a Folha.

Um recibo oficial registrou a entrega desse segundo conjunto à Presidência em novembro de 2022, para o acervo pessoal do ex-presidente.

5. O QUE BOLSONARO JÁ DISSE SOBRE O CASO?

Jair Bolsonaro ironizou o erro inicial da PF sobre o valor do suposto desvio de joias, mas não se manifestou sobre as evidências de que ele teria conhecimento da tentativa de venda das joias.

A defesa do ex-presidente já disse que ele põe sua movimentação bancária à disposição das autoridades, que ele jamais se apropriou ou desviou quaisquer bens públicos e que ele, voluntariamente, pediu ao TCU a entrega de joias recebidas até decisão final sobre seu tratamento.

Quando o caso veio à tona, Bolsonaro havia dito, inicialmente, não ter pedido nem recebido qualquer tipo de presente em joias do governo da Arábia Saudita. Em depoimento à PF, afirmou ter tido conhecimento sobre as joias apreendidas 14 meses após o ocorrido. Segundo a defesa, após saber do caso, em dezembro de 2022, Bolsonaro buscou informações para estar um suposto vexame diplomático caso os presentes fossem a leilão

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 5